

CEDI - P. I. B.
DATA 30.12.86
COO OKD18

PROJETO CARAJÁS E ÁREAS INDÍGENAS

I

Áreas afetadas e situação geográfica.

Das 15 áreas indígenas do Maranhão, 6 estão incluídas no Corredor Carajás (ou Corredor de Exportação: uma faixa de 10 milhões e 500 mil hectares que se estende, ao longo da ferrovia Carajás, de Marabá até São Luis):

- A.I. Alto Turi
- A.I. Caru
- A.I. Pindaré
- A.I. Araribóia
- A.I. Governador
- A.I. Krikati

Essas 6 áreas têm uma população de cerca de 4.200 índios, divididos em 5 povos.

A FUNAI (6ª Dr com sede em São Luis) dá assistência a todas as áreas indígenas e exerce controle sobre as mesmas através de 11 Postos Indígenas, que, normalmente, contam com a presença de um chefe de Posto, um (ou uma) atendente de enfermagem e um, ou dois, trabalhadores braçais, quando não um motorista, um técnico agrícola, um professor (ou professora), etc.

A história da demarcação destas áreas leva a deduzir que a sua atual configuração geográfica tenha sido programada em vista do Projeto Ca-

rajás e em função da estrada de ferro.

Portanto, as áreas mais atingidas foram as do Alto Turi, do Caru e do Pindaré:

a. As do Alto Turi e do Caru constituíam uma só unidade até 1976, fazendo parte da Reserva Florestal do Gurupi, criada em 1961 pelo Presidente Jânio Quadros através do Decreto nº 51.026.

Em 1977, ano em que a FUNAI as demarcou, elas foram desmembradas, deixando-se, entre as duas, uma larga faixa, que constituía o território tradicional de perambulação dos índios Guajá, e que, provavelmente, se tornará o leito do ramal ferroviário, ligando Paragominas ao trecho principal da ferrovia Carajás.

b. A área do Pindaré foi a mais dilapidada ao longo destes anos.

Em 1961 surgiu o primeiro projeto de demarcação da área atual. Ela compreendia cerca de 46.000 hectares oficialmente reconhecidos até 1977, quando foi demarcada pela FUNAI, com cerca de 13.400 hectares posteriormente retificados para os atuais 15.002 hectares.

Em 1964 foi cortada pela Br 316, que ^{liga} Belém a São Luís.

Em 1982 sofreu mais um ataque, pela iniciativa da COMARA, uma empresa de construção ligada à Aeronáutica, que obteve da FUNAI autorização para construir um aeroporto de porte internacional. Tentativa,

felizmente, frustrada pela pronta reação dos índios. O projeto foi, momentaneamente, embargado.

II

Projeto Carajás.

O primitivo programa do Projeto Carajás, de março de 1980 (A preliminary study on regional development of the Carajás Corridor em Brazil, aos cuidados do Internacional Development Center of Japan), não faz referência nenhuma à existência dos povos indígenas que habitam, há séculos, a região. O fato foi, amplamente, denunciado por vastos setores da sociedade brasileira, sensíveis ao problema.

Em janeiro de 1982, foi elaborado pela FUNAI um projeto para as comunidades indígenas incluídas no Corredor Carajás, levando a assinatura da CVRD, responsável pela execução do Projeto Ferro Carajás, através do Convênio nº 059/82, e o carimbo do Banco Mundial, no papel de financiador do projeto.

III

Aspectos da questão fundiária no Maranhão.

Um aspecto interessante a ser considerado e avaliado é o de as áreas indígenas estarem no cerco de um ambicioso projeto agrícola - parte do programa Polonordeste coordenado pela SUDENE - incentivado e também financiado pelo Banco Mundial.

A área do projeto, localizada no Centro Noroeste do Maranhão, consiste de 50.667 km² (15% do total do Estado) e abrange 47 municípios.

O projeto consiste de três sub-projetos: Baixada Maranhense, Mearim - Pindaré, Alto Turi, além do projeto Baixo-Parnaíba já em andamento.

O projeto apresenta como objetivo geral o assentamento de milhares de lavradores, para fazer deles "pequenos fazendeiros" proprietários de lotes de 30 a 50 hectares, visando uma agricultura moderna e mecanizada. O Banco, no seu programa, fixa, detalhadamente, todos os passos a serem seguidos: atividades de regularização fundiária, discriminação das terras, ~~assentamento, titulação,~~ ^{processos de desapropriação} e/ou aquisição, distribuição de lotes, assentamento, titulação, implantação de infraestruturas, contratação de técnicos especializados, organização e administração do projeto, pesquisas agrícolas, plantios conforme os resultados das pesquisas, comercialização, financiamento de insumos, cooperativas, serviços sociais, formas de financiamento, de crédito, etc,etc, e proteção do índio. Em suma, todas as exigências e as condições de uma agricultura dirigida para uma produção de exportação.

É oportuno salientar que o maior acionista do Banco Mundial é o governo dos Estados Unidos.

IV

Projeto para as comunidades indígenas.

O projeto " Ferro Crajás. Apoio às comunidades indígenas " de autoria da FUNAI "...terá que oferecer maior porte de assistência em saúde e saneamento, serviço social, educação comunitária, habitação e urbanismo, comunicação, transporte, agropecuária, energia e administração.. visando o fortalecimento das comunidades que sofrerão com o impacto e o contato com civilizados e a maior preocupação é oferecer elementos e incentivos que tornem atrativa a fixação no seu habitat..."

Apesar da "preocupação", o projeto:

- não faz o menor aceno à demarcação das terras não demarcadas nem às formas de defesa das já demarcadas;
- traz o mesmo esquema e os mesmos vícios de todos os programas de colonização (implantação de infraestruturas, contratação de pessoal, etc,etc,);
- apresenta itens padronizados para todos os grupos, sem considerar as diferenças culturais;
- impõe cronogramas, prazos e datas, desrespeitando o ritmo diferente do modo de viver e de ser de cada grupo;
- não leva em conta as especificidades dos varios grupos: os mundos diferentes, as relações diferentes com a sociedade, os projetos culturais diferentes.

Por fim, é uma imposição de uma moldura infraestrutural, a fim de nivelar as diferentes culturas.

Não houve participação dos índios na elaboração do projeto. E da parte da FUNAI não houve, salvo raras exceções, nenhum esclarecimento junto às comunidades indígenas, sobre o projeto Carajás e as suas consequências.

V

Intervenção do Banco Mundial.

Alertado pelas advertências de entidades nacionais e internacionais, o Banco Mundial, principal financiador do projeto, e sensível à opinião pública, apelou à colaboração da ABA, que, imediatamente, destacou antropólogos, altamente capacitados, para prestar sua assessoria às comunidades indígenas, ouvir sua voz e avançar propostas concretas e adequadas.

Demarcação das terras indígenas, defesa das já demarcadas, atendimento devido à saúde dos índios, foram indicados como pontos fundamentais e inquestionáveis para fortalecer as comunidades indígenas frente à violência do impacto criado pelo Projeto Carajás.

Ao lado do projeto da FUNAI, surgiram, logicamente, outros vários projetos alternativos, como resultado do diálogo, das pesquisas, da análise e do trabalho dos antropólogos.

Entretanto, com poucas exceções, as novas propostas não foram nem sequer levadas em consideração pela FUNAI.

Por exemplo, a terra dos Krikati ainda está sem demarcação e houve aumento do índice de mortalidade nas comunidades Guajajara.

VI

Situação atual das reservas indígenas do Maranhão.

Com exclusão da área dos Krikati, totalmente invadida por lavradores e fazendas, as áreas incluídas no Corredor Carajás estão demarcadas.

Contudo, não deixam de apresentar problemas de invasão e de indefinição de limites.

O fato mais relevante é que, ao redor destas áreas indígenas, criou-se uma constelação de povoados de lavradores sem terra. Vindos das secas do Nordeste e/ou escorraçados pela violência das grilagens, eles enxergam na ocupação das áreas indígenas, julgadas improdutivas, o ponto final das suas peregrinações e a solução do seu problema de sobrevivência. Permanecem nos seus lugares, incentivados por políticos locais, na esperança de que as terras indígenas sejam logo liberadas. No entanto, sem ter por onde andar, realizam entradas nas áreas à procura de caça, madeira, palha, cipó, coco. Isso cria um permanente clima de tensão, provocando constantes conflitos entre os índios ameaçados e os

lavradores desesperados.

Sem dúvida, nunca haverá tranqüilidade para a vida dos índios e segurança para as suas terras, enquanto não for resolvido o problema de terra para os lavradores.

VII

Aplicação do Projeto.

A primeira fase do projeto, a da implantação das infraestruturas (construção de casas, colégios, enfermarias, perfuração de poços, etc,etc) não respeitou os cronogramas e não obteve os resultados esperados. A construção das obras sofreu atraso em todas as áreas indígenas - com a única exceção da A.I. Pindare -, por causa de dificuldades logisticas e conjunturais (distâncias, acessos difíceis e incômodos, falta de estradas, alta de preços dos fretes e mercadorias) e por causa da incompetência de dirigentes e servidores da FUNAI, denunciada, juntamente com algumas irregularidades, pelos antropólogos da CVRD.

A injeção de dinheiro vivo, nas comunidades, entregue descontroladamente nas mãos de algumas lideranças indígenas, não deixou de causar conflitos internos ou realimentar antigas rixas.

Isso gerou desconfiança junto à CVRD, que tomou a atitude de querer fiscalizar a aplicação das verbas liberadas, e, por outro lado, o enri-

ajicimento da FUNAI, que respondeu impedindo o acesso às áreas de alguns antropólogos, provocando a imediata reação da ABA, que denunciou a chantagem e ameaçou retirar sua participação, para não acobertar " uma política mal dirigida ".

VIII

Produção agrícola.

As verbas liberadas nos primeiros dois anos do projeto (1982 - 83) foram quase que exclusivamente usadas para implantação das infraestruturas. Não houve liberação de verbas para sustento de lavoura, como, aliás, consta nos cronogramas financeiros do convênio FUNAI/CVRD, onde se percebe que há mais interesse pela agropecuária. Fato que contrariou bastante a vontade das comunidades indígenas voltadas à agricultura e propensas a reproduzir os ciclos de lavoura conforme os costumes tribais. Embora tenham faltado verbas, as comunidades indígenas continuaram dedicando-se às suas roças, infelizmente castigadas pelas secas de '82 e '83.

Mas houve regiões em que a produção agrícola, apesar das hostilidades climáticas, abundou, como no caso da área indígena Pindaré, habitada por 344 Guajajara e 63 remanescentes Turiwara, distribuídos em cinco aldeias.

Com recursos da cantina local (no sistema do reembolso) e financiamento do Banco do Brasil (Agência de Santa Inês), os índios Guajajara, em 1982, aprontaram 176 hectares para plantio de arroz, milho, feijão e mandioca. A safra de '83 foi da seguinte ordem:

- arroz em casca 3500 sacos
- farinha 150 sacos
- milho 200 sacos
- feijão 25 sacos

além de 33.612 Kg de coco babaçu.

Para o ciclo '83/84, com os mesmos recursos e a aplicação da sobra de verbas da CVRD liberadas para aviventação dos limites da área, construção de uma cerca etc, os índios da A.I. Pindaré, uma vez realizados e cumpridos os objetivos propostos, aprontaram 288 hectares, com a previsão, em vista de uma estação chuvosa bem prometedora, de alcançar a seguinte meta produtiva:

- 10.000 sacos de arroz
- 300 sacos de farinha
- 350 sacos de milho
- 100 sacos de feijão

A CANTINA do P.I. Pindaré, além de fornecer os generos de que os índi-

os necessitam, desenvolve uma função de intermediação fundamental para os índios: ela funciona como agência financiadora de toda sua atividade agrícola e comercializa os seus produtos, cumprindo, juntamente, o papel de defesa contra toda sorte de exploração da sociedade envolvente regional.

Não se pode dizer o mesmo da A.I. Araribóia e, mais especificamente, dos 1269 Guajajara, distribuídos em 17 aldeias, do P.I. Angico Torto. Aqui, como nas restantes áreas, o maior investimento é feito no plantio de arroz. A safra de '83 foi fraca e deu uma produção de 800 a 1000 sacos de arroz, com uma perda de 85% do produto, por falta de chuva. Os índios não puderam valer-se de verbas da CVRD, mas trabalharam com recursos próprios e os advindos da FUNAI.

Contrariamente aos Guajajara do P.I. Pindaré, os do P.I. Angico Torto costumam comercializar os seus produtos diretamente com o mercado circundante, concentrado sobretudo na vila de Arame (mun. de Grajau), mas quando os preços não são convenientes, eles recorrem à FUNAI.

IX

A ameaça dos garimpos.

A região do Gurupi, desde a chegada dos colonizadores, foi considerada rica em minérios. No correr dos séculos, sempre foi objeto de pesqui-

sas e exploração de ouro - em pequeno porte - por parte de particulares e empresas. De dois ^{anos} pra cá, o fenômeno explodiu e os garimpos proliferaram e se alastraram por toda a região, até assumir proporções assustadoras e ameaçadoras para a área indígena do Alto Turi. O movimento envolveu rapidamente toda a população regional e reuniu mais de 15 mil garimpeiros. Pelas margens do rio Gurupi estão disseminadas bombas hidráulicas e, desde setembro/outubro de 1983, há no meio do rio, à altura do povoado Barreira Vermelha, uma balsa de pesquisa montada pelos americanos. No mês de dezembro de 1983, depois de testes realizados na área indígena, algumas pessoas de Santa Inês correram à FUNAI, para obterem autorização de pesquisar e explorar ouro na área indígena, apelando ao decreto nº 88.985 de 10 de novembro de 1983.

A área é habitada pelos índios Urubu-Kaapor, de língua tupi-guarani. Pacificados em 1928, os Kaapor constituíam cerca de 1200 - 1500 pessoas. Atualmente perfazem cerca de 500 pessoas que estão vivendo uma fase muito crítica:

- quanto à saúde, pois, dizimados pelas doenças infecciosas, ainda carregam pesadamente as terríveis conseqüências do contágio (tuberculose, sífilis neurológica);

- quanto ao contato, pois, profundamente abalados na própria cultura, estão numa situação de extrema incerteza e indecisão frente à sociedade envolvente, com a qual mantêm contatos esporádicos e pela qual se sentem violentamente atraídos.

Os garimpos levam consigo destruição da caça, pesca, mata, poluição das águas, difusão de doenças, interferência violenta na vida tribal, etc, etc.

É fácil então ~~imaginar~~ prever as consequências de uma tal penetração, que escaparia de qualquer controle.

Se a FUNAI, órgão tutor, não tomar providências imediatas, a entrada dos garimpos na área Alto Turi marcará o início do fim do grupo KAAPOR.

1 de março 1984

Carlos Ubaldini

- Bibliografia:- A preliminary study on regional development.....
março 1980 - Intern.Develop. Center of Japan
- Projeto Ferro Carajás. Apóio às comunidades indíg.
janeiro 1982 - Superintendencia de implantação
do Projeto Carajás
 - Mercio P. Gomes: - A problemática ind. no MA... set. 82
 - Elizabeth M. Bezerra Coelho; - Levantamento da situação
das áreas.....São Luis 83